

O Princípio da hierarquia dos planos e efeitos da aprovação de um Plano Regional Num Plano Municipal (1)

Susana Alcina Ribeiro Pinto

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras e Solicitadora

JusJornal, N.º 1251, 6 de Junho de 2011

JusNet 2141/2011

Existe uma grande diversidade de planos administrativos, como os planos económicos ou os planos de desenvolvimento económico e social. Os planos territoriais, objecto do presente trabalho, disciplinam as regras de ocupação, uso e transformação dos solos e constituem factor de previsibilidade das decisões administrativas.

"O princípio mais importante disciplinador das relações entre os vários instrumentos de gestão territorial é o princípio da hierarquia (...), o qual deve ser entendido (...) de forma flexível e conjugado com o princípio da coordenação das intervenções das várias entidades responsáveis pela elaboração e aprovação dos vários instrumentos..." (2) .

Os Instrumentos de Gestão Territorial

A Constituição da República Portuguesa (CRP) na sua redacção original consagrou normas de índole urbanística. No entanto, só a quarta revisão constitucional é que trouxe inovações determinando o "urbanismo" e o "ordenamento do território" como interesses do Estado em todas as suas manifestações.

Nos art. 65.º n.º 4 e 165.º n.º 1 z) (3) da CRP encontramos a relação entre o ordenamento do território e direito do urbanismo e entre este e o direito do ambiente, bem como entre o direito do urbanismo o direito fundamental à habitação.

De acordo com o 65.º n.º 4 (4) CRP o urbanismo como tarefa ou função pública, em que deve ser garantida a colaboração entre os vários sujeitos de direito público, a participação dos interessados, e a justa ponderação e superação dos conflitos dos interesses coenvolvidos nos planos.

É a CRP que vem determinar o princípio da publicidade dos planos (art. 119.º n.º 2 (5)), bem como o princípio da legalidade e da proporcionalidade dos planos (art. 266.º n.º 2).

O princípio da igualdade consagrado no art. 13.º da CRP (JusNet 7/1976) deve ser assegurado no âmbito dos instrumentos de gestão territorial tendo em conta, por um lado a garantia constitucional do direito da propriedade privada (art. 62.º) e, por outro, o princípio de intervenção da Administração Pública nos solos (165.º n.º 1), recorrendo-se, se necessário à indemnização sempre que, por razões de interesse público, o princípio da igualdade não seja observado cumprindo o princípio constitucional da indemnização (art. 65.º n.º 4 e 62.º 2).

A Lei de bases do ordenamento do Território (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto (JusNet 93/1998), na redacção dada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto (JusNet 1922/2007) – Lei de bases) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro (JusNet 214/1999), na redacção dada pelo Decreto-

Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (JusNet 356/2009) - RJIGT) instituíram um sistema de gestão territorial. É nele que assenta a política de ordenamento do território e do urbanismo. Este sistema organiza-se num quadro de interacção coordenada nos âmbitos nacional (6) , regional (7) e municipal (8) (art. 7.º a 9.º da Lei de Bases e art. 2.º RJIGT).

A nível nacional encontramos o Programa Nacional da Política de ordenamento do território, os planos sectoriais e os planos especiais de ordenamento do território, os quais podem incidir sobre áreas protegidas, sobre albufeiras de águas públicas, sobre a orla costeira ou sobre os estuários (art. 2.º n.º 2 RJIGT). A nível regional temos os planos regionais de ordenamento do território (art. 2.º n.º 3 RJIGT) e a nível municipal os planos intermunicipais do ordenamento do território e os planos municipais do ordenamento do território, os quais podem assumir a natureza de planos directores municipais, planos de pormenor ou planos de urbanização (art. 2.º n.º 4).

De acordo com Alves Correia a planificação administrativa ou planeamento administrativo é a actividade com fim de emanar um plano, isto é, é a acção procedimental de um plano, o produto da planificação, o resultado do procedimento. É ainda, de acordo com o mesmo autor a planificação contínua, ou seja, não só o resultado final do procedimento mas também a planificação após aprovação do plano (9) .

Existe uma grande diversidade de planos administrativos, como os planos económicos ou os planos de desenvolvimento económico e social. Os planos territoriais, objecto do presente trabalho, disciplinam as regras de ocupação, uso e transformação dos solos e constituem factor de previsibilidade das decisões administrativas.

De acordo com Alves Correia a elaboração de um plano visa a inventariação da realidade existente, a conformação do território, a conformação do direito de propriedade dos solos e a gestão do território (10) .

A inventariação da realidade existente deve ser do ponto de vista fáctico, o qual se reflecte através junção de um relatório em que se procede ao diagnóstico da situação territorial, bem como um relatório ambiental (art. 37.º n.º 3 e 45.º n.º 2 RJIGT), bem como do ponto de vista jurídico, isto é os planos municipais devem ser acompanhados por relatório que indique licenças/autorizações/informações prévias favoráveis em vigor (Portaria nº 138/2005). Esta função confere um maior grau de realismo aos planos.

A conformação do território, como função dos planos, visa a programação, a organização do desenvolvimento harmonioso bem como a definição de regras e princípios respeitantes à organização e racionalização da ocupação e utilização do espaço (art. 26.º e 27.º, quanto ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do

Território do RJIGT; art. 42.º e 43.º do RJIGT, quanto aos planos especiais de ordenamento do território; art. 51.º e 52.º do RJIGT, quanto aos planos regionais de ordenamento do território; art. 60.º e 61.º do RJIGT, quanto aos planos intermunicipais de ordenamento do território e art. 69.º e 70.º do RJIGT, quanto aos planos municipais.

No que se refere à conformação do direito de propriedade dos solos, os planos estabelecem prescrições que tocam o direito de propriedade, isto é classificam o uso e destino dos solos, dividem o território em zonas e definem parâmetros de ocupação, uso e transformação dessas zonas. Esta função não é exercida pelos planos com normas gerais, como é o caso do plano nacional, dos planos sectoriais e dos planos intermunicipais, mas pelos que apresentam grande especificidade, como é o caso dos planos municipais, seja um plano director municipal, um plano de urbanização ou um plano de pormenor.

Quanto à gestão do território, os planos têm disposições relacionadas com a execução concreta das suas previsões, o que se verifica no RJIGT relativamente ao conteúdo documental de cada um dos planos que regula (art. 29.º n.º 3, art. 36.º alínea b), art. 54.º n.º 2 alínea f) e g), art. 63.º n.º 2 f) e g), art. 85.º n.º 1, art. 89.º n.º 2 alínea c) e art. 92.º n.º 2 d) (11) .

Os planos podem ser classificados de acordo com diferentes critérios. De acordo com a posição defendida por Alves Correia (12) os critérios são a finalidade, o âmbito espacial de aplicação, o grau analítico das previsões e a eficácia jurídica.

De acordo com o critério da finalidade os planos serão globais ou gerais, sectoriais ou especiais. Os planos globais visam o ordenamento integral do território que abrangem, bem como disciplinar todos os usos e destinos do espaço (Programa Nacional, Planos Regionais, Planos intermunicipais e Planos Municipais). Os planos sectoriais contêm programas e estratégias de desenvolvimento de sectores (transportes comunicações, energia e florestas) cuja implementação tem impacto no território (art. 8.º c) e 9.º n.º 3 Lei de Bases). Os planos especiais têm objectivos específicos, nomeadamente a salvaguarda dos recursos naturais (art. 8.º al. d) Lei de Bases e art. 41.º n.º 1 e 2 RJIGT e art. 33.º Lei de Bases e art. 42.º n.º 3 RJIGT).

De acordo com o critério do âmbito espacial da aplicação o plano pode ser nacional, aplicando-se a todo o espaço do país (O Programa Nacional de ordenamento do Território - art. 9.º n.º 1 Lei de Bases e art. 26.º a 34.º RJIGT), regional aplicando-se à área territorial das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Planos Regionais – art. 51.º RJIGT), supramunicipal, abrangendo a área de dois ou mais municípios (Planos Intermunicipais – art. 9.º n.º 1 Lei de Bases e art. 60.º a 68.º do RJIGT), municipal, aplicando-se ao território de um município (Plano Director Municipal - art. 84.º n.º 1 e 85.º n.º 1 RJIGT) e submunicipal, respeitando a parte do território do município (Planos de urbanização - art. 87.º n.º 1 e 2 RJIGT e Planos de pormenor - art. 90.º n.º 1 e 2 RJIGT).

De com o critério do grau analítico faz previsões a planificação pode ser projectiva, planos genéricos que definem opções e linhas do ordenamento do espaço (Programa Nacional - art. 26.º RJIGT e Planos Regionais - art. 51.º RJIGT), determinativa, que se refere aos planos que desenvolvem os planos regionais e que têm uma maior concretização (Plano Director Municipal), e a planificação – acto que se refere a planos mais concretos do que os planos directores municipais, como é o caso dos planos pormenor.

De acordo com o critério da eficácia jurídica os planos podem ser de autoplanificação, isto é planos que vinculam todos os sujeitos a quem cabe a sua elaboração e aprovação, o que ocorre com todos os planos territoriais (art. 11.º, n.º1 Lei de Bases e art. 102.º e 103.º RJIGT; de heteroplanificação, os planos que vinculam as entidades públicas que os elaboram bem como todas as outras entidades públicas, o que também acontece com todos planos (art. 11.º n.º 1 Lei de Bases e art. 3.º n.º 1 e 2, art. 102.º e 103.º RJIGT); e de planificação plurisubjectiva, desta natureza são os planos que, além de todas as entidades públicas, vinculam directa e imediatamente os particulares, o que ocorre com os planos municipais e especiais (art. 11.º n.º 2 Lei de Bases e art. 3.º n.º 3 RJIGT).

O Princípio da Hierarquia dos Planos

Conforme referido, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (13) estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial (art. 26.º RJIGT). Por sua vez, os planos regionais definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando, por um lado, as opções estabelecidas a nível nacional e considerando, por outro as estratégias municipais de desenvolvimento, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território (art. 51.º n.º 1 RJIGT). Os planos intermunicipais asseguram a articulação entre o plano regional e os planos municipais (art. 60.º n.º 1 RJIGT) e os planos municipais estabelecem o regime de uso do solo (art. 69 n.º 2 RJIGT).

Das noções legais de cada um dos tipos de planos verifica-se que há uma relação de complementaridade entre eles, isto é, os planos municipais, de maior pormenor, têm que reflectir as opções previstas no Programa Nacional,

planos de menor pormenor.

Mas significará que esta relação de complementaridade é uma mera orientação, ou é uma imposição que determina a existência de uma relação hierárquica (14) entre os planos? A secção I, do capítulo II do RJIGT, sob a epígrafe “Relação entre os instrumentos de gestão territorial” vem dar resposta a esta questão.

De acordo com Fernanda Paula Oliveira, o facto de existirem várias entidades públicas (Governo, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Municípios...) responsáveis pela elaboração e aprovação de várias tipologias de planos torna-se indispensável que essas formas de relacionamento sejam identificadas de forma a evitar conflitos de normas (15) .

Essa definição de formas de relacionamento dos planos consubstancia, de acordo com Alves Correia, o princípio da hierarquia, o qual não tem a mesma força vinculativa em relação aos diferentes tipos de planos. Esta *flexibilidade* do princípio da hierarquia tem a sua expressão na possibilidade de, em certas condições, o plano hierarquicamente inferior incluir disposições desconformes ou contrárias a um plano superior já existente, revogando ou alterando essas disposições (16) .

Vamos, assim proceder a uma análise das várias relações existentes entre todos os instrumentos de gestão territorial integrantes do nosso sistema de gestão territorial.

A relação de todos os instrumentos de gestão territorial com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT), é uma *relação de hierarquia pura* (17) , isto é de compatibilidade, não admitindo a lei, como admite para outros casos, qualquer excepção. O PNOT estabelece as regras e princípios a definir pelos planos especiais, os quais devem ser alterados quando não se compatibilizem com aqueles (art. 23.º n.ºs 2 e 3 RJIGT). Os Planos Sectoriais devem desenvolver e concretizar as orientações definidas pelo PNOT (art. 24.º n.º 4 1ª parte RJIGT). Os planos regionais devem integrar as opções definidas no PNOT (art. 23.º n.º 5 1ª parte RJIGT) e os planos intermunicipais e municipais devem desenvolver o quadro estratégico definido no PNOT (art. 24.º n.º 1 RJIGT).

Relativamente à relação entre os planos sectoriais, especiais e regionais existe um vínculo de superioridade hierárquica dos planos sectoriais e regionais em relação aos planos especiais, tendo em conta que o RJIGT determina no art. 25.º n.º 1 que os planos sectoriais ou regionais *devem indicar quais as formas de adaptação dos planos especiais (...) de ordenamento do território preexistentes determinadas pela sua aprovação*. Ou seja, os planos especiais têm que se adaptar aos planos sectoriais e regionais. No entanto o art. 25.º n.º 2 RJIGT permite que os planos especiais alterem ou contrariem as disposições dos planos sectoriais ou regionais desde se indique, expressamente, que está a alterar ou a revogar normas daqueles planos. Quanto aos planos sectoriais e regionais, o art. 23.º n.º 4 e 5 RJIGT determinam que os planos sectoriais posteriores devem compatibilizar-se com os planos regionais em vigor e que os planos regionais devem integrar as opções definidas pelos planos sectoriais preexistentes. De acordo com Fernanda Paula Oliveira a relação entre os planos sectoriais, especiais e regionais é determinada pela entidade competente pela sua aprovação, ou seja, como são de responsabilidade da Administração estadual, *os seus vários sectores devem articular-se entre si, havendo, neste caso, preferência do princípio da articulação sobre o princípio da hierarquia* (18) .

No que se refere à relação existente entre os planos municipais e os restantes instrumentos de gestão territorial o legislador estabeleceu uma relação de inferioridade hierárquica (art. 24.º n.ºs 1, 2, 3 e 4 RJIGT). No entanto esta hierarquia é mitigada, excepto no que se refere à relação dos planos municipais com o PNOT e os planos especiais, em relação aos quais há uma hierarquia pura. Como referido a hierarquia é mitigada na medida em que, de acordo com o art. 80.º RJIGT, o plano director municipal, um dos tipos de plano municipal, pode contrariar as disposições

do plano regional ou sectorial, desde que haja ratificação por parte do Governo, o que vai determinar a revogação ou alteração das disposições contrariadas. Aliás, esta é a única situação em que um plano director municipal fica sujeito a ratificação do Governo.

Deste modo e, em consonância com o defendido por Alves Correia, Fernanda Paula Oliveira tem a posição que o princípio da flexibilização das relações entre os planos, *sendo o princípio da hierarquia mitigada o modo encontrado pelo legislador para flexibilizar e tornar mais operativa e mais célere a planificação territorial, garantindo (...) uma maior articulação e coordenação das várias entidades públicas envolvidas* (19) .

Apesar de haver uma hierarquia mitigada, ela tem que ser respeitada, ou seja os planos tem que respeitar os planos hierarquicamente superiores e só os podem desrespeitar nos casos expressamente previstos na lei e nos moldes por ela previstos.

De acordo com o art. 101.º n.º 1 RJGT *a compatibilidade ou conformidade entre os diversos instrumentos de gestão territorial é condição da respectiva validade*, estatuinto, o art. 102.º n.º 1 RJGT, a nulidade quando haja falta de compatibilidade ou conformidade dos planos com outros que devessem respeitar. No entanto, e de acordo com o art. 102.º n.º 2 RJGT, em regra, a declaração de nulidade de um plano não prejudica os efeitos dos actos administrativos praticados com base nesse plano nulo. Este princípio tem, de acordo com Alves Correia, garantir a estabilidade dos efeitos dos actos administrativos entretanto praticados com base no plano (20) .

O Plano Regional, efeitos da aprovação

Tendo em conta o princípio da hierarquia, atrás descrita, e da vinculação dos planos aos particulares, deverá uma autarquia, quando tenha sido aprovado um plano regional com opções contrárias às do plano municipal, indeferir uma pretensão de um particular num procedimento de um licenciamento urbanístico com base no plano regional entretanto aprovado?

De acordo com o art. 124 n.º 1 alínea c) do Código de Procedimento Administrativo (CPA), existe dever de fundamentação quando um acto administrativo decida de forma contrária à pretensão do particular. Por sua vez o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) (21) determina, taxativamente no seu art. 24.º, as causas de indeferimento dos procedimentos de licenciamento, entre as quais a violar de plano municipal de ordenamento do território e plano especial de ordenamento do território. Ou seja, um procedimento de licenciamento só pode ser indeferido por aquela razão quando em causa estejam planos de planificação plurisubjectiva (22) , isto é planos que, além de vincularem todas as entidades públicas, vinculem directa e imediatamente os particulares (23) .

Conforme referido, a hierarquia existente entre os planos regionais e os planos municipais é uma hierarquia mitigada, isto é, por um lado, o art. 24.º n.ºs 1 e 2 RJGTO dispõe que os planos regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos planos municipais, os quais definem a política municipal de gestão territorial de acordo com as directrizes estabelecidas pelos planos regionais. Mas por outro essa compatibilidade e conformidade pode ser ultrapassada com a ratificação do Governo no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação do plano municipal, conforme art. 80.º n.º 1 RJGT. No entanto, o que aqui está em causa e se pretende abordar é a questão de na vigência de um plano municipal ser aprovado um plano regional.

Esta questão é abordada no art. 25.º n.º 1 RJGT, que refere que *os planos regionais de ordenamento do território devem indicar quais as formas de adaptação dos planos municipais preexistentes determinadas pela sua aprovação*. Ou seja daqui, desde logo, se retira que a adaptação dos planos municipais aos planos regionais, quando estes últimos contenham disposições que os contrarie. Essa indicação expressa é feita na fase de aprovação do plano regional, a qual é feita através de resolução do Conselho de Ministros. Esta resolução deve consagrar as formas e os prazos, previamente acordados com as câmaras municipais envolvidas, para adequação

dos planos municipais de ordenamento do território abrangidos e quais as disposições dos planos municipais incompatíveis (art. 59.º RJIGT).

A imposição de regras dos planos regionais aos particulares apenas poderá operar com a sua integração nos planos municipais, a qual será efectivada por intermédio de uma alteração destes por adaptação (24) .

De acordo com o art. 93 n.º 1 RJIGT, *os instrumentos de gestão territorial podem ser objecto de alteração, de rectificação, de revisão e de suspensão*. Essa alteração pode decorrer da entrada em vigor de regulamentos que colidam com as respectivas disposições (art. 93 n.º 2 alínea c) RJIGT), cujo conteúdo é, com as necessárias adaptações, integrado no conteúdo dos instrumentos de gestão territorial assim alterados (art. 94.º n.º 3 RJIGT).

A alteração por adaptação dos planos municipais decorre incompatibilidade com a estrutura regional, das redes, das infra-estruturas e dos equipamentos de interesse regional e com a delimitação da estrutura regional de protecção e valorização ambiental definidas em plano regional posteriormente aprovado (art. 97 n.º 1 c) RJIGT).

Apesar de os planos municipais só poderem ser objecto de alteração decorridos três anos sobre a respectiva entrada em vigor, quando em causa esteja este de alteração por adaptação, caso em que a alteração é possível (art. 95 n.º 1 e 2 RJIGT).

Estas adaptações devem ocorrer estar concluídas, no prazo de 90 dias, pela entidade responsável pela elaboração do plano, através da reformulação dos elementos na parte afectada (art. 97 n.º 2 RJIGT).

Quanto ao procedimento das alterações por adaptação dos planos municipais, dispõe o art. 96.º n.º 1 RJIGT, que é o mesmo adoptado na sua elaboração e aprovação, com as devidas adaptações.

Apesar de todas as regras expostas no âmbito da adaptação de planos municipais, a verdade é que, de acordo com um levantamento feito por Fernanda Paula Oliveira, apenas se encontram dois em vigor. O do Algarve (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007) e o do Oeste e Vale do Tejo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009) (25) . É de notar que a figura dos planos regionais já existe no nosso ordenamento jurídico desde 1983 (26) , pelo que, em quase trinta anos, apenas existem dois, apesar de já aprovada a elaboração de outros dois.

Para que haja um bom ordenamento do território é necessário que haja uma conjugação de esforços entre as várias entidades públicas envolvidas na elaboração dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente entidades com competências nessa matéria a nível nacional, regional e municipal como a Administração Central, através do Governo e da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Urbanismo, a Administração Regional, através das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e Administração Local, através das Autarquias Locais.

No entanto esta cooperação e coordenação é apenas concretizada pelos planos municipais, enquanto os outros planos apenas contém orientações e princípios genéricos. Mas para que a coordenação seja efectiva e os planos municipais sigam e concretizem as orientações dos planos regionais e do Programa Nacional torna-se necessário que haja uma imposição legal que determine a superioridade de determinados planos sobre outros. O plano municipal tem que cumprir as directivas do plano regional respectivo e, em caso de alteração deste último, aquele tem que ser alterado por adaptação.

Esta imposição legal cede quando o interesse local esteja em causa, isto é, sempre que, por uma questão de melhor ordenamento local, seja necessário que o plano director municipal contrarie as normas do plano regional, o Governo pode permitir essa divergência procedendo à ratificação do plano e revogando ou adaptando as normas do plano regional, mantendo-se sempre a coerência do sistema de gestão territorial.

- (1) Trabalho apresentado no âmbito do Mestrado em Direito das Autarquias Locais, da Universidade do Minho, no ano lectivo 2009/2010, na Unidade Curricular de Urbanismo e Ordenamento do Território.
- [Voltar ao texto](#)
-
- (2) *Correia, Fernando Alves* (2008), Manual de Direito do Urbanismo, Volume I, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, p. 497.
- [Voltar ao texto](#)
-
- (3) *É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as (...) salvo autorização ao Governo (...) Bases do ordenamento do território e do urbanismo.*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (4) *O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (5) *A falta de publicidade (...) de qualquer acto de conteúdo genérico dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, implica a sua ineficácia jurídica. – Os planos são regulamentos administrativos, normas jurídicas de carácter geral e abstracto.*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (6) *(...) que define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, estabelecendo as directrizes a considerar no ordenamento regional e municipal e a compatibilização entre os diversos instrumentos de política sectorial com incidência territorial, instituindo, quando necessário, os instrumentos de natureza especial – art. 7.º n.º 2 a) Lei de bases.*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (7) *(...) que define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço regional em estreita articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecendo as directrizes orientadoras do ordenamento municipal - art. 7.º n.º 2 b) Lei de bases.*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (8) *(...) que define, de acordo com as directrizes de âmbito nacional e regional e com opções próprias de desenvolvimento estratégico, o regime de uso do solo e a respectiva programação - art. 7.º n.º 2 c) Lei de bases*
- [Voltar ao texto](#)
-
- (9) *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 346.
- [Voltar ao texto](#)
-
- (10) *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 362.
- [Voltar ao texto](#)
-
- (11) As funções dos planos descritas resultam da posição defendida por Alves Correia - *Correia, Fernando Alves* (2008), ob.

cit., pp. 363 e ss.

[Voltar ao texto](#)

(12) *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., pp. 369 e ss

[Voltar ao texto](#)

(13) Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro (JusNet 1936/2007).

[Voltar ao texto](#)

(14) "... este princípio não deve ser entendido (...) de forma rígida, mas de forma flexível ou mitigada (...). *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 497

[Voltar ao texto](#)

(15) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), *Direito do Urbanismo, do planeamento à gestão*, CEJUR, Coimbra, p.63

[Voltar ao texto](#)

(16) *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 498

[Voltar ao texto](#)

(17) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), ob. cit., p.66

[Voltar ao texto](#)

(18) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), ob. cit., p.67

[Voltar ao texto](#)

(19) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), ob. cit., p.69

[Voltar ao texto](#)

(20) *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 687

[Voltar ao texto](#)

(21) Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (JusNet 270/1999), na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de Março (JusNet 490/2010).

[Voltar ao texto](#)

(22) Classificação dos planos de acordo com o critério da eficácia jurídica - *Correia, Fernando Alves* (2008), ob. cit., p. 384.

[Voltar ao texto](#)

(23) *Os planos municipais de ordenamento do território e os planos especiais de ordenamento do território vinculam as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares.* – art. 3.º n.º 2.º RJGT.

[Voltar ao texto](#)



(24) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), ob. cit., p. 40.

[Voltar ao texto](#)

(25) *Oliveira, Fernanda Paula* (2010), ob. cit., pp.40

[Voltar ao texto](#)

(26) Decreto-Lei 383/83, de 20 de Julho, revogado pelo Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio (JusNet 31/1988), o qual, por sua vez foi revogado pelo Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro (JusNet 214/1999), actualmente em vigor com diversas alterações, entretanto, efectuadas.

[Voltar ao texto](#)